



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

ATA N.º 5/2023  
do Conselho de Escola  
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia trigésimo primeiro do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta e cinco minutos, reuniu ordinariamente, presencialmente e por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente do Órgão), Professora Doutora Paula Costa e Silva, Professora Doutora Ana Fouto, Dra. Teresa Morais, Dra. Sara Leitão, Professor Doutor João Espírito Santo, Dr. Afonso Brás, Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues; enquanto membros discentes: os estudantes Catarina Vieira (que secretariou), André Brito, João Barreiro, Patrícia Almeida e Vítor Andrade André; e enquanto membro não docente, Dra. Nádia Lomar.

Estiveram ainda presentes, sem direito de voto, a Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, o Senhor Subdiretor Professor Doutor Filipe Arede Nunes, a Senhora Subdiretora Professora Doutora Raquel Brízida Castro e a Senhora Diretora Executiva Dra. Cândida Eunice Machado.

O Professor Doutor Paulo Alves Pardal justificou a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Certificados Digitais;
3. Experiência piloto do regime de anonimato nas provas escritas;
4. Relatórios da ULisboa Saúde e Bem-Estar dos Estudantes e Pessoal Técnico e Administrativo;
5. Outros Assuntos.



### **Período antes da Ordem do Dia**

O Presidente indicou que houve um pedido de uma intervenção no Período antes da Ordem do Dia, nos termos do artigo 21.º do Regimento do Conselho de Escola, requerido pelo Dr. Miguel Lemos Baptista.

O Dr. Miguel Lemos informou que corre contra si um processo criminal iniciado pela técnica superior Dra. Mileny Silva. Informou que lhe foi aplicada a medida de coação de Termo de Identidade e Residência. Destacou que ainda não conseguiu proceder à consulta do processo pelo que a sua intervenção parte da leitura de excertos do auto, realizada pelo agente da PSP a quem prestou declarações. Destacou que a queixa, segundo a própria Dra. Mileny Silva, ocorre por conselho da Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, do Senhor Presidente do Conselho Pedagógico, Professor Doutor António Barreto Menezes Cordeiro e da Senhora Diretora Executiva, Dra. Cândida Machado. Informou que solicitou alguns esclarecimentos à Senhora Diretora, nomeadamente quanto à alegada prática de dois crimes nas instalações da Faculdade. Informou que a Dra. Cândida Machado teria reconhecido irregularidades na atribuição de bolsas e que teria informado os bolseiros de que a não renovação das bolsas se devia ao Dr. Miguel Lemos. Informou que solicita desde já a sua inscrição para a participação no período antes da ordem do dia da próxima reunião e que o fará também por escrito.

### **1. Aprovação da Ata da reunião anterior**

O Presidente informou que relativamente à Ata há três pontos apresentados pelo aluno Vítor Andrade André de retificação de três intervenções e duas declarações de voto relativas à última reunião. Questionou se há mais alguma proposta.

O aluno Vítor Andrade André informou que o último pedido de retificação diz respeito a uma intervenção que foi adicionada a outro conselheiro, mas que ambos concordaram que pertencia a este.

A aluna Catarina Vieira informou que se irá abster na votação por não ter tido tempo de ler as propostas de alteração e as declarações de voto, visto que as mesmas foram enviadas às 1:53 horas da manhã do dia da reunião, e apenas teve possibilidade de ver o email às 10:32 horas.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

O Presidente informou que em relação às declarações de voto não há razão para votação porque o seu conteúdo diz respeito apenas ao Conselheiro que as redigiu.

A ata foi aprovada com cinco abstenções.

O Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues agradeceu os votos endereçados na última reunião e informou que continuará a exercer as suas atividades na Faculdade e no Conselho com empenho e dedicação.

O Presidente reiterou os votos de louvor e agradeceu tudo o que Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues tem feito em prol da Faculdade.

## **2. Certificados Digitais**

O Presidente solicitou à Senhora Diretora uma breve explicação sobre esta questão. A Senhora Diretora informou que, desde 24 de maio, está disponível uma nova funcionalidade na plataforma Fénix. Trata-se da emissão de certificados e comprovativos por via digital. Neste primeiro momento são emitidos o comprovativo de inscrição (foram emitidos até ao momento 24 comprovativos) e o comprovativo para efeitos do Passe-Sub23 (foram emitidos até ao momento 8 comprovativos). A vantagem destas novas ferramentas é evitar que os alunos tenham de se dirigir ao Serviço Académico e que possam imprimir o certificado ou apresentá-lo por via digital, que pode ser comprovada a sua veracidade através de um QRCode. A expectativa é que depois se possa vir a solicitar o certificado de aproveitamento e certidões de curso.

A Senhora Diretora felicitou o Serviço Académico, em particular os Drs. Bertolino Campaniço e João Cardoso.

A aluna Catarina Vieira questionou se passa a haver um custo associado a estes documentos, nomeadamente ao comprovativo para efeitos do Passe-Sub 23.

A Senhora Diretora esclareceu que não há alteração dos emolumentos e taxas, pelo que a inovação é apenas na forma de disponibilização dos documentos.



### **3. Experiência piloto do regime de anonimato nas provas escritas**

O Presidente informou que esta questão se encontra em debate há alguns anos e que a Faculdade realizou um investimento avultado junto da empresa que introduz alterações no Fénix para implementar este regime. Solicitou alguns esclarecimentos à Senhora Diretora quanto às experiências e implementação do regime do anonimato.

A Senhora Diretora informou que esta experiência surgiu por iniciativa do Conselho Pedagógico e que a Direção tem fornecido todo o apoio necessário. Esclareceu que irá ocorrer uma experiência piloto na unidade curricular de Direitos Fundamentais, onde os alunos terão uma “chave” de identificação individual para uso nos exames. Informou que na ausência desta chave alfanumérica não será possível realizar a prova, ou seja, o aluno que não tenha a sua inscrição regularizada e, conseqüentemente, não lhe tenha sido atribuída a respetiva chave alfanumérica, não poderá realizar o exame. Esclareceu que o fundamental é o estabelecimento de regras claras para que os intervenientes conheçam o respetivo funcionamento do regime dos exames em anonimato.

O Presidente questionou se, numa situação em que um aluno não tenha a chave alfanumérica ou que se tenha esquecido da respetiva chave, poderia realizar o exame sem o regime do anonimato, ou se seria retirado ao aluno a possibilidade de realizar o exame.

O Dr. Afonso Brás questionou de que forma será disponibilizada a chave alfanumérica aos alunos.

A Diretora Executiva informou que a chave numérica será distribuída quando o aluno realizar a inscrição no exame. Esclareceu também que o aluno que não tenha a chave alfanumérica não poderá realizar o exame.

O aluno Vítor Andrade André questionou se se mantém a calendarização, previamente informada, de que no primeiro semestre do próximo ano letivo o sistema do anonimato já estaria implementado. Questionou se a chave alfanumérica é distribuída por semestre ou se é uma chave alfanumérica por exame. Deixou a recomendação de uma forte comunicação com os estudantes.



O aluno André Brito recomendou uma atenção redobrada com os alunos da TAN devido a uma maior dificuldade de aquisição de informação, atendendo à idade ou a uma maior dificuldade de funcionar com o sistema Fénix.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva informou que o anonimato é fundamental para o controlo da legalidade e, portanto, solicitou que o anonimato fosse mantido até ao fim, nomeadamente no momento do pedido de revisão da nota.

O Professor Doutor João Espírito Santo questionou o número de chaves alfanuméricas atribuídas.

O aluno João Barreiro questionou se o mecanismo de entrega de chaves alfanuméricas será apenas na fase de testes ou se na altura da plenitude do anonimato a entrega de chaves alfanuméricas seguirá o mesmo regime. Questionou qual é o mecanismo, do próprio sistema, para garantir que os alunos não comuniquem a sua chave alfanumérica aos docentes.

A Diretora Executiva esclareceu que chave alfanumérica é única para cada exame e que será disponibilizada no momento de inscrição do exame. Esclareceu que as folhas de teste terão que ser alteradas. Em relação à manutenção do anonimato até ao momento de revisão do pedido de nota não se tem ainda certeza, mas que irá obter essa informação. Esclareceu que mesmo fornecendo a chave alfanumérica ao docente não é possível identificar o aluno, pois apenas o Fénix tem a possibilidade de identificar o respetivo aluno com a chave alfanumérica.

A Senhora Diretora esclareceu que, em relação à calendarização, dependerá de como correr esta fase piloto, tendo em conta que, após implementada, o regime não poderá ocorrer num modelo binário.

O Presidente questionou se o regime do anonimato ocorrerá apenas na licenciatura.

A Senhora Diretora esclareceu que ocorrerá, por ora, apenas na licenciatura.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva solicitou um reforço dos testes também na fase de revisão de nota, tendo em conta que se trata de uma experiência piloto, e, portanto, de um grupo de estudo reduzido.



O Professor Doutor João Espírito Santo esclareceu que em relação à transmissão da chave alfanumérica entre alunos e docentes é chegar ao limite do sistema, sendo sempre possível defraudar sistemas.

A aluna Catarina Vieira questionou a razão de escolha da unidade curricular Direitos Fundamentais, uma vez que se trata de uma cadeira de alunos de 4º ano, tendo em conta que estes são alunos finalistas e, portanto, no próximo ano não é expectável que a maioria ainda continue na licenciatura.

A Senhora Diretora informou que a escolha competiu ao Conselho Pedagógico e que ocorreu por oferecimento da própria equipa docente. Esclareceu, atendendo a informação complementar entretanto recebida, que no momento do pedido de revisão de nota também é garantido o anonimato do aluno.

#### **4. Relatórios da ULisboa Saúde e Bem-Estar dos Estudantes e Pessoal Técnico e Administrativo**

O Presidente solicitou um breve esclarecimento à Senhora Diretora.

A Senhora Diretora informou que a Reitoria promoveu um diagnóstico de Saúde e Bem-estar na ULisboa, através de inquéritos nos vários grupos que compõem a comunidade académica. Informou que em breve serão iniciados os inquéritos aos docentes. Esclareceu que estes relatórios serão disponibilizados também no site da ULisboa. Informou que os resultados da Faculdade são relativamente positivos, sendo melhores do que a média da ULisboa. Informou que em relação ao *Burnout* os níveis apresentados são inferiores à média, em relação ao *Engagement* os índices são superiores à média. Em relação ao Stress, Ansiedade e Depressão os índices são ligeiramente mais expressivos do que a média. Acrescentou que em relação ao *Flourishing* os índices são superiores à média. Destacou que muitos alunos expressaram vontade de iniciar acompanhamento psicológico. Em relação aos relatórios do Pessoal Técnico e Administrativo informou que não foi detetado *Burnout*, que estes apresentam índices superiores à média quanto ao *Engagement* e que em relação a articulação da vida privada e profissional e relação com chefia direta e pontos de apoio também apresentam pontos muito positivos.



A Dra. Teresa Morais sinalizou que estes estudos foram desenvolvidos por uma equipa especializada e técnica constituída pela reitoria da ULisboa e que foram da responsabilidade da Pró-Reitora, Professora Doutora Maria José Chambel. Acrescentou que falta uma segunda parte do relatório da Saúde e Bem-Estar dos Estudantes que apresenta medidas que devem ser implementadas por cada Escola, que ainda não está disponível. Destacou que o inquérito do Pessoal Docente poderá incluir os investigadores sem vínculo se as Escolas assim o entenderem e que o calendário prevê a disponibilização em junho, com período de pelo menos de 3 semanas para respostas por parte dos Docentes. Esclareceu que o intuito, no âmbito da nossa Faculdade, é promover o inquérito para o Pessoal Docentes para que o mesmo tenha o máximo de adesão. Sublinhou que algumas Escolas têm demonstrado a necessidade de um maior investimento por parte da Reitoria no âmbito da Saúde mental. Esclareceu que algumas Escolas têm criado respostas próprias para as suas necessidades, no âmbito de apoio psicológico e psiquiátrico, mas ainda existem Escolas na ULisboa que não dispõem de estruturas de apoio psicológico. Concluiu que, com estes resultados, é clara a necessidade de um apoio no sentido de prevenção e apoio psicológico, acrescentando que a própria Reitoria reforçou o apoio psicológico do centro médico da ULisboa com a contratação de três novos psicólogos.

O aluno Vítor Andrade André destacou que os relatórios são importantes para diversas análises e maior esclarecimento, nomeadamente entre os Estudantes, entre os Docentes e entre a Direção da Faculdade. Enfatizando uma posição menos otimista em relação aos resultados, sublinhou um trecho relevante para análise que revela problemas de stress, ansiedade e pressão superiores à média da Universidade, revelando-se informações bastante preocupantes, para as quais se precisa de soluções, pelo que questionou quais as medidas a aplicar previstas na Faculdade de Direito. Deixou um desafio para a utilização de uma parcela dos 8 milhões disponíveis em caixa para um investimento no Gabinete de Apoio Psicológico.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



O aluno André Brito informou que há números bons e outros que não são tão bons, sobretudo no que diz respeito ao *Stress, Ansiedade e Depressão* enfatizando que este problema merece a devida atenção. Questionou o que é que foi implementado, do relatório apresentado, pelo Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar.

A Senhora Diretora acrescentou que apesar de ser um trabalho contínuo, há lugar para os devidos créditos, nomeadamente, pelo surgimento do Gabinete de Apoio Psicológico há 5 anos e pelo Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar que também já está no ativo há cerca de 4 anos. Informou que ainda é necessário aguardar por uma segunda parte do relatório com medidas para implementar, mas esclareceu que se pode ir avançando com algumas medidas apresentadas pelo Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar. Informou que o Gabinete de Apoio Psicológico já conta com duas psicólogas e que é desejável contar com mais, mas que não é através dos ativos no banco que se pode realizar, tendo em conta que estes saldos só podem ser utilizados em situações muito próprias e com as respetivas autorizações. Esclareceu que nem sempre todas as iniciativas do Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar têm a adesão esperada por parte da comunidade estudantil. Destacou a importância de divulgação das iniciativas, nomeadamente por parte dos conselheiros discentes e da AAFDL.

A Dra. Teresa Morais esclareceu que o Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar é um grupo de acompanhamento da atividade do GAP, pelo que não exerce atividades de cariz executivo. Esclareceu que algumas atividades, inclusive, não tiveram adesão por parte dos alunos, que por vezes acabam por ser adiadas ou até mesmo canceladas por falta de adesão. Destacou uma característica da comunidade académica que sempre critica a ausência de atividades, mas nem sempre prioriza as atividades de apoio e de prevenção de saúde mental quando estas ocorrem. Destacou que a adesão a este inquérito foi razoável, no contexto dos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

resultados de toda a ULisboa, visto que a comunidade académica é composta por 5568 alunos e apenas 685 alunos responderam ao inquérito. Informou que, neste momento, o Gabinete de Apoio Psicológico realiza uma média de 50 consultas por semana. Destacou que o tempo de espera para a primeira consulta é em média de uma semana ou menos, mas que o prazo é superior para as consultas de acompanhamento. Acrescentou que neste momento há registo de 290 pedidos de consulta e que em 44 desses casos os alunos não comparecem na consulta. Acrescentou que está a ser criado, pelo Gabinete de Apoio Psicológico, um manual para situações de emergências para ser disponibilizado aos docentes, nomeadamente para situações de ataques de pânico, desmaios e reações de níveis de *stress* e picos de ansiedade elevados. Acrescentou que está a ser preparado, pela Reitoria, um curso intensivo para primeiros socorros psicológicos. Destacou ainda que a iniciativa compete a Reitoria, devendo as Escolas, nomeadamente a nossa Faculdade, prestar um apoio psicológico com capacidade de respostas a situações de emergências e ações destinadas a capacitação do respetivo corpo docente.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva felicitou e agradeceu à Dra. Teresa Morais por todo o empenho demonstrado neste âmbito de atuação e pelo investimento na busca e apresentação de soluções.

A Dra. Teresa Morais agradeceu e esclareceu que a sua atuação no Grupo de Trabalho para a promoção da Saúde e do Bem-Estar é o mínimo que poderia fazer. Em relação à atuação no seio da Faculdade de Direito informou que uma das situações reportada pelos estudantes acompanhados pelo Gabinete de Apoio Psicológico é a dificuldade de acessibilidade e comunicação com a equipa docente e o ambiente de tensão nas aulas, destacando que neste âmbito podem os docentes modificar este estado de coisas com mais humanidade na forma como se relacionam com os seus estudantes.

O Presidente deixou um voto de louvor à Dra. Teresa Morais por todo o trabalho realizado, salientando o empenho pessoal da Senhora Conselheira.



## 5. Outros Assuntos

A aluna Catarina Vieira questionou sobre a possibilidade de implementação, na Faculdade, ou respetiva divulgação no caso de existirem, de caixas de Primeiros Socorros, para fácil acesso de toda a comunidade académica.

O aluno André Brito questionou o ponto de situação da divulgação dos programas das unidades curriculares dos Mestrados, destacando a importância desta informação. Felicitou a Direção pela adoção do Moodle como novo sistema para entrega dos relatórios, questionando também a possibilidade de entrega das teses e dissertações por este sistema. Questionou o estado atual da medida, proposta em mandatos anteriores, de disponibilização de pensos higiénicos nas casas de banho femininas, nomeadamente através da introdução desta medida no plano de atividades.

O Presidente solicitou também um esclarecimento técnico quanto ao novo sistema do Moodle, nomeadamente a existência de um manual informativo.

O aluno Vítor Andrade André solicitou que se verifiquem os emails dos Conselheiros, tendo em conta a situação das propostas de alteração da ata e declarações de voto. Em relação à situação abordada inicialmente pelo Dr. Miguel Lemos, em especial quanto à reunião dos alunos bolseiros e a respetiva responsabilização do Dr. Miguel Lemos, questionou se esta ação ocorreu e destacou que o regulamento de Bolsas sociais estabelece que as bolsas apenas podem ser auferidas durante dois semestres por cada ciclo de estudo. Destacou a situação do estudante, que praticou atos de xenofobia e que foi posteriormente presidente da mesa de voto nas eleições da ULisboa, pelo que questionou o responsável pela nomeação deste aluno para este cargo, nomeadamente se esta designação partiu por parte da Senhora Diretora, do Senhor Subdiretor Professor Doutor Filipe Arede Nunes, se partiu da AAFDL, ou até de uma outra entidade. Em relação ao despacho destacou que havia uma indicação quanto à impossibilidade de entrega dos relatórios em até três dias fora de prazo. Destacou que esta possibilidade se encontra prevista na Tabela de Taxas e Emolumentos, pelo que questionou se houve uma alteração da respetiva tabela ou



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

se se verifica uma perda de um direito por parte dos alunos. Reforçou a proposta da Faculdade ter um portal da transparência e solicitou a correção da situação da ausência de divulgação dos resultados dos alunos bolsheiros.

O Presidente informou que o Conselho de Escola é um órgão de fiscalização da vida universitária e que não se deve pautar por interesses ou assuntos pessoais, pelo que duas das questões colocadas pelo Conselheiro Dr. Vítor Andrade André, por se relacionarem com pretensões pessoais, só serão debatidas depois de uma prévia ponderação do relevo institucional.

O aluno Vítor Andrade André informou que, na sua opinião, a interpretação por parte do Presidente não é correta. Destacando que uma das situações apresentada não é pessoal e que não nomeou o estudante em causa, pelo que apenas solicitou um esclarecimento sobre o responsável pela designação. Informou que os atos da Direção podem ser apreciados pelo Conselho de Escola, devendo ser respondidos e não se deve utilizar nenhum tipo de artifício para evitar uma resposta.

O aluno João Barreiro questionou a situação do encerramento da Faculdade devido a uma infiltração, além de questionar a situação da infiltração da casa de banho no rés-do-chão. Solicitou a manutenção da máquina de água do piso da sala de estudo. Retomou o assunto de uma eventual revisão do Regulamento Eleitoral, defendendo que o atual é contrário aos estatutos da Faculdade, que impõem a representação proporcional nos órgãos pelo método de Hondt, e destacou que a comunidade estudantil manifestou o seu interesse numa eventual alteração, apresentando o argumento de que a última não teve legitimidade junto da respetiva comunidade.

O Presidente esclareceu que o problema suscitado se verifica apenas em relação ao ciclo proporcional do Conselho Pedagógico e que a solução atual, apesar de alguma relutância no âmbito da ULisboa, foi devidamente homologada pelo Sr. Reitor. Informou que há sempre a possibilidade de retomar o assunto, mas destacou que talvez não haja a necessidade de reiniciar o debate tendo em conta o aproximar das eleições.



O aluno João Barreiro destacou que a comunidade demonstra a sua insatisfação, por julgar que não houve a devida legitimidade dos conselheiros, com o argumento que a reforma eleitoral não teve discussão em sede de RGA. Acrescentou que irá submeter o assunto à RGA e apresentará as propostas que surgirem.

O Professor Doutor João Espírito Santo retomou o assunto de imposição de um teto de notas, por parte de uma regência, indicando que a Direção tem conhecimento da regência em questão, derivado de uma comunicação do Conselho Pedagógico. Questionou se, face a esta comunicação, a Direção já tomou alguma medida concreta nesta situação.

A Professora Doutora Ana Fouto destacou que deve ser reconhecida uma legitimidade representativa aos conselheiros que integravam a Comissão de Revisão de Regulamento Eleitoral, no entanto, defendeu que, havendo dúvidas quanto à interpretação dos estatutos, uma vontade dos conselheiros discentes e uma disponibilidade para alterar, não haveria motivos para não se proceder a uma revisão do regulamento eleitoral. Informou que respeita inteiramente a posição do Presidente, mas deixou a posição pessoal de que as questões levantadas pelo Dr. Miguel Lemos não se apresentam exclusivamente com um cariz pessoal por se tratar de excertos de um ato de notícia e, portanto, cabe ao Conselho de Escola fiscalizar os alegados atos praticados que dizem respeito à gestão da Faculdade.

A Senhora Diretora informou que em relação à questão de caixas de primeiros socorros é uma medida a acolher e que serão implementadas caixas de primeiros socorros nas duas portarias. Em relação aos programas de mestrados informou que se tem pugnado pela sua divulgação atempada. Informou que apesar de ser da competência das equipas docentes, este ano houve uma preocupação de criação de um modelo de ficha única de unidade curricular em português e inglês para efeitos de creditação. Em relação à entrega dos relatórios por Moodle, informou que a entrega é até 31 de julho e destacou que os alunos irão receber informações quanto



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

à forma de o realizar, nomeadamente com a disponibilização de dois guias informativos por parte do Serviço Académico. Em relação à disponibilização dos pensos higiénicos informou que os dispensadores já foram adquiridos e que em breve serão instalados nos respetivos locais. Em relação à entrega dos relatórios fora de prazo, informou que não houve alteração da Tabela de Taxas e Emolumentos, mas que apenas se limitou a uma prática que não era a mais correta. A Tabela de Taxas e Emolumentos prevê três intervalos temporais, sendo o último inclusive sem prazo definido, pelo que deve prevalecer a interpretação de que esta Tabela se aplica apenas a prazos de atos administrativos e não para atos de avaliação. Em relação ao cumprimento do Regulamento de Bolsas Sociais, este tem ocorrido de forma integral. Em relação ao portal de transparência, informou que é fundamental uma cautela redobrada, em especial quando contenha dados pessoais, nomeadamente quando se trate de bolsas sociais por ter informações também de cariz socioeconómico, acrescentou que a consulta de documento de natureza pessoal pode ocorrer mediante um pedido com marcação prévia.

Agradeceu a retoma do assunto das casas de banho, destacando que este terá a devida atenção, assim como o dispensador de água e informou que tem havido um cuidado significativo com o intuito de evitar o gasto excessivo de água.

Em relação à informação de tetos de nota destacou que, da análise do Conselho Pedagógico, não foi possível comprovar a existência de uma imposição de um teto máximo na unidade curricular em questão. Informou que ocorreu uma primeira intervenção de fiscalização dos cacifos e que serão realizadas outras de forma regular.

O aluno Vítor Andrade André, reportando-se ao caso do aluno que, estando acusado de xenofobia, foi designado presidente da mesa de voto nas eleições da Ulisboa, considerou que não devem existir temas tabu nas reuniões do Conselho de Escola. Destacou que uma não resposta também é resposta, informando que a AAFDL esclareceu que a nomeação do Presidente de Mesa das eleições da ULisboa não lhes competia. Concluiu o aluno que a designação ocorreu por parte do Senhor Subdiretor, Professor Doutor Felipe Arede Nunes.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

O Professor Doutor João Espírito Santo subscreveu a intervenção da Professora Doutora Ana Fouto. Questionou o porquê de o Conselho Pedagógico apresentar um relatório à Direção.

O aluno João Barreiro agradeceu a resolução do uso indevido dos cacifos e apelou à manutenção das ações de prevenção, através da fiscalização.

A Senhora Diretora esclareceu que o relatório do Conselho Pedagógico conclui por más práticas pedagógicas, ou seja, pela existência de uma constante pressão sobre os alunos, mas esclareceu que não foi apurada a existência de tetos de notas.

O Presidente informou que o relatório do Conselho Pedagógico será divulgado entre os membros do Conselho Científico e do Conselho de Escola e destacou que as opiniões devem ser tomadas após a leitura do conteúdo do respetivo relatório.

A próxima reunião ficou marcada para o dia 28 de junho de 2023, às 10:30 min.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente encerrou a reunião às treze horas e quinze minutos.

O Presidente do Conselho de Escola

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

As Secretárias do Conselho de Escola

(Catarina Vieira)

(Lic. Rosa Guerreiro)